



Ata da Reunião Ordinária nº 09/2026, de 16 de junho de 2026. Ocorreu de forma presencial com as seguintes participações: Dr^a Amanda Doo Bittencourt – representante da ABRASBUCCO; Dr^a Elaine de Oliveira Bastos – representante do CREFITO; Dr. André Machado – representante da OAB; Sr. João Carlos Hill Filgueiras – representante da Paróquia Nossa Senhora de Nazareth; Sr^a Vera Lúcia Ferreira da Silva Souza e Sr^a Mônica Gonçalves – representantes da SMS; Sr^a Terezinha Ruade – representante do MAMAS; Sr^a Luciana Ferreira – representante do GETHOMN; Sr^a Maria José Ricardo – representante da AMEAS; Sr. Leandro Victoriano – representante do COREN; Sr^a Tamaris Gago – usuária do SUS (não conselheira) e Sr^a Débora Klein – usuária do SUS (não conselheira). Foi abordado a **P1. Aprovação das Atas nº 06/2026, nº 07/2026 e nº 08/2026 encaminhadas por e-mail no dia 10 de junho de 2026.** Presente como assunto na ata nº 06/26, foi discutido novamente o caso relatado por um munícipe referente ao atendimento prestado ao seu filho. Foi observado que o atendimento realizado em unidades de pronto atendimento possui caráter emergencial, sendo que, em muitos casos, o objetivo principal é o alívio imediato dos sintomas e o encaminhamento do paciente para acompanhamento especializado quando necessário. Também foi destacado que a definição de diagnósticos complexos nem sempre é possível durante atendimentos de urgência, embora exames laboratoriais e de imagem possam indicar a presença de infecções ou inflamações. A discussão abordou a alegação de que o paciente teria procurado atendimento diversas vezes sem que a causa de seus sintomas fosse identificada. Nesse contexto, foi ressaltada a necessidade de verificar os registros de atendimento para confirmar as informações apresentadas e compreender quais procedimentos foram adotados em cada ocasião. Os conselheiros abordaram que Sr^a Márcia, Dr^a Amanda e Dr^a Ana Claudia entraram em contato com o pai do paciente em busca das devidas informações, porém, sem sucesso. Os participantes também analisaram a informação de que o paciente possuía diagnóstico prévio de Doença de Crohn. Foi debatida a relevância de o histórico clínico ser informado aos profissionais durante os atendimentos de emergência, considerando que esse dado pode influenciar a avaliação médica e a conduta adotada. Foi observado que a transcrição inicial da reunião não contemplou alguns questionamentos considerados importantes, especialmente aqueles relacionados ao acompanhamento ambulatorial do paciente. Deliberou-se pela busca de contato formal por e-mail com o responsável pelo relato, em forma de ofício, em busca de aspectos relacionados ao histórico clínico do paciente, ao cumprimento das orientações médicas e às circunstâncias dos atendimentos realizados na rede municipal de saúde. Ficou definido que os questionamentos elaborados serão encaminhados diretamente ao interessado, evitando sua inclusão na ata, de modo a preservar a objetividade do documento e permitir a obtenção de informações complementares necessárias para a adequada análise do caso. Prosseguindo, foi apontando a **P2. Aprovação da inclusão no PMS das propostas realizadas na 11ª Conferência Municipal de Saúde**



de Saquarema que ocorreu no dia 21 de maio de 2026; Foi apresentada pela Srª Mônica a proposta de inclusão das deliberações oriundas da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Saquarema, realizada em 21 de maio de 2026, nos instrumentos de planejamento do Sistema Municipal de Saúde. Foi informado que, após a conclusão do relatório final da conferência, será realizada análise comparativa entre as propostas aprovadas e as ações já previstas no Plano Municipal de Saúde e na Programação Anual de Saúde. As propostas ainda não contempladas serão inseridas no PMS. A ideia foi aprovada por unanimidade pelos presentes. No decorrer da reunião, foi abordado a **P3. Relatório da Reunião do Fórum da Baixada Litorânea que aconteceu no dia 10 de junho de 2026.** A Secretária do CMS, Srª Juliana informou que foi na última Reunião do Fórum e realizou um relatório com as devidas informações do encontro para conhecimento dos conselheiros, que será enviado por e-mail. Além disso, os participantes registraram sobre os prazos estabelecidos pelo estado para o envio da documentação, considerando os atrasos ocorridos na disponibilização de orientações e instrumentos necessários à realização das conferências municipais e o envio do Relatório pós Conferência Municipal. Foram ainda prestadas informações sobre a Conferência Municipal de Rio das Ostras. Drª Amanda também informou que os conselheiros, Sr. João e Drª Ana Claudia foram eleitos delegados da Conferência Municipal de Saúde de Cabo Frio, assim como a Srª Juliana. Durante a discussão, foram apresentados questionamentos acerca dos critérios utilizados para distribuição das vagas entre os municípios da região, especialmente quanto à proporcionalidade em relação ao número de habitantes e à representação dos conselhos municipais. Em seguida, foi mencionada a **P4. Participa + Nova Iguaçu – Etapa Virtual: 15 de julho de 2026; Etapa Presencial: dias 30 e 31 de julho de 2026.** Drª Amanda informou que irá no evento e perguntou se algum conselheiro possui interesse em participar. Sr. João e Sr. Leandro tiveram interesse e ficou acordado que a Drª Amanda enviaria o link de inscrição da capacitação. Prosseguindo com a **P5. Plano de Trabalho do CMS,** foi apresentado o acompanhamento do Plano de Trabalho do Conselho Municipal de Saúde referente aos exercícios de 2025 e 2026. As ações previstas foram revisadas, incluindo visitas às unidades de saúde, reuniões institucionais, acompanhamento das deliberações das conferências, realização de capacitações para conselheiros, monitoramento dos instrumentos de planejamento e análise das prestações de contas da saúde. Além disso, os participantes destacaram as dificuldades encontradas no acompanhamento das informações financeiras disponibilizadas no Portal de Transparência, especialmente em relação à identificação detalhada da origem e destinação dos recursos. Foi sugerido registrar formalmente essa dificuldade e reforçar a necessidade de capacitação dos conselheiros para utilização das ferramentas de consulta disponíveis, bem como aprimorar os mecanismos de acesso às informações financeiras da saúde. Na sequência, foi apreciada a inclusão de **P6. Carta de Mobilização de Defesa do SUS,** referente ao documento de mobilização em defesa do fortalecimento



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema
Conselho Municipal de Saúde de Saquarema



do Sistema Único de Saúde (SUS), contemplando temas como financiamento público adequado, fortalecimento do controle social e dos Conselhos de Saúde, ampliação do acesso aos serviços de saúde, realização de concursos públicos e enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas na saúde pública. Os conselheiros destacaram que os temas já haviam sido debatidos durante a Conferência Municipal de Saúde e deliberaram pelo referendo formal do documento para fins de registro no relatório da Conferência. Em seguida, foi relatada a participação da conselheira, Sr^a Terezinha em uma roda de conversa promovida pela Comissão da Pessoa com Deficiência da Câmara Municipal, que reuniu familiares e responsáveis por pessoas com deficiência para debate de demandas relacionadas ao atendimento e à inclusão social. A partir das discussões realizadas, foi elaborado documento contendo propostas voltadas ao fortalecimento da assistência às famílias atípicas. Entre as demandas apresentadas, destacou-se a sugestão de implantação de uma farmácia vinculada ao Centro Municipal de Reabilitação e, futuramente, à Casa do Autista, com o objetivo de facilitar o acesso a medicamentos de uso contínuo e controlado. Também foram apontadas dificuldades enfrentadas pelas famílias quanto à obtenção de informações sobre os locais de dispensação de medicamentos e à necessidade de maior organização dos fluxos de atendimento. Os conselheiros registraram ainda a importância de garantir a disponibilização de diferentes formas farmacêuticas dos medicamentos utilizados por crianças e pessoas com deficiência, especialmente em situações em que a apresentação em comprimidos não atende às necessidades dos usuários. Foi deliberado o encaminhamento das demandas à Secretaria Municipal de Saúde para análise e avaliação de viabilidade. Foi ressaltado pelo Dr. André, que o perfil demográfico do município, é caracterizado por uma expressiva população idosa, o que reforça a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas ao envelhecimento saudável, ao acesso aos serviços de saúde e à garantia de atendimento adequado às demandas dessa parcela da população. Sr^a Maria José apontou dificuldades enfrentadas por idosos em procedimentos de acesso a serviços públicos, especialmente aqueles que dependem de agendamentos eletrônicos e sistemas digitais. Os participantes destacaram a necessidade de aprimorar mecanismos de acessibilidade e inclusão para esse público, garantindo condições adequadas de atendimento e orientação. Em relação às demandas pendentes anteriormente apresentadas ao Conselho, sobre o Hospital Porfírio e a Comissão Fiscalizadora, foi registrado a reiteração dos ofícios já enviados, visando obter os esclarecimentos necessários para futuras análises e encaminhamentos. Por fim, na **P7. Homologação do representante do COREN**, foi apresentada a indicação do novo titular do Conselho Regional de Enfermagem (COREN) junto ao Conselho Municipal de Saúde, Sr. Leandro da Rocha Victoriano Barboza. Os participantes destacaram a importância da participação efetiva da entidade nas atividades do colegiado e reforçaram a necessidade de observância das normas regimentais relativas à representação das instituições integrantes do Conselho. Também foi debatida



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema
Conselho Municipal de Saúde de Saquarema



a necessidade de revisão de situações envolvendo ausências reiteradas das representantes prestadoras de serviço da HUMANIZALAB, com vistas a assegurar o adequado funcionamento e a representatividade do colegiado. Nos **assuntos gerais**, foram apresentadas diversas reclamações recebidas referentes ao atendimento prestado na unidade de saúde de Jaconé. Entre os relatos, destacou-se o caso de uma gestante que permaneceu aguardando atendimento por longo período devido à ausência temporária da profissional responsável, sendo posteriormente obrigada a retornar para casa sem atendimento. Diante dos fatos, os conselheiros consideraram necessária a realização de visita institucional à unidade para averiguação das condições de atendimento e acolhimento aos usuários. Também foi discutida uma denúncia recebida por meio do Disque 100 e encaminhada pelo CREAS, referente a uma Residência Terapêutica localizada em Vilatur. A denúncia relata possíveis situações de maus-tratos, negligência, agressões físicas e violência psicológica contra os acolhidos. Os conselheiros debateram as atribuições dos órgãos fiscalizadores e a necessidade de verificar a regularidade documental da instituição, incluindo licenças, alvarás e demais autorizações necessárias para funcionamento. Foi ressaltada a importância de elaboração de relatório detalhado após eventual visita técnica, a fim de subsidiar futuras ações dos órgãos competentes, especialmente do Ministério Público. Foi acordado que as datas serão alinhadas posteriormente por meio do grupo de comunicação da Comissão responsável, possibilitando a participação dos conselheiros interessados e daqueles que apresentaram as demandas. Em seguida, foi retomada a pauta referente à capacitação dos conselheiros, anteriormente prevista para ocorrer durante o período da Conferência Municipal de Saúde. Após discussão, ficou definida a realização da capacitação no dia 28 de julho, às 14 horas, em formato híbrido. Por fim, foi concedida a palavra à Sra. Débora Klein, que relatou sua situação pessoal relacionada aos cuidados prestados ao seu esposo e às dificuldades enfrentadas no acesso aos serviços públicos municipais. A Usuária do SUS informou ter se mudado para o município em razão da necessidade de atendimento de saúde e mobilidade, esclarecendo não possuir qualquer interesse político ou eleitoral, tendo como único objetivo garantir a assistência necessária ao familiar. A munícipe relatou ainda diversas tentativas de contato com setores da administração pública municipal, especialmente na área da saúde e do transporte, sem obtenção de respostas satisfatórias pelos canais oficiais disponibilizados. Destacou que apenas após a intervenção e acompanhamento do Conselho Municipal de Saúde obteve retorno da Secretaria responsável. Ressaltou a importância do funcionamento adequado dos canais de comunicação institucional e do atendimento às demandas dos cidadãos, informando que, diante da ausência de respostas efetivas, poderá buscar apoio junto ao Ministério Público para assegurar seus direitos. Os conselheiros ouviram atentamente os relatos apresentados e registraram a manifestação para acompanhamento e adoção das providências cabíveis dentro das competências do Conselho Municipal de Saúde. Dando continuidade à



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema
Conselho Municipal de Saúde de Saquarema



manifestação, a Sra. Débora reiterou seu agradecimento ao Conselho Municipal de Saúde pelo acompanhamento de sua demanda, destacando que o retorno obtido por parte da Subsecretaria de Saúde somente ocorreu após a intervenção do Conselho. Esclareceu que sua intenção ao formalizar recursos e manifestações não foi gerar desconforto, mas reunir fundamentações necessárias para subsidiar futuras solicitações e garantir melhorias que possam beneficiar não apenas sua família, mas toda a população usuária dos serviços públicos. A munícipe apresentou considerações sobre o Programa Farmácia Popular, relatando dificuldades para obtenção de medicamentos no município em razão da existência de apenas uma farmácia credenciada para determinados itens. Segundo seu entendimento, a ampliação do credenciamento de outras farmácias poderia facilitar o acesso da população aos medicamentos disponibilizados pelo programa. Relatou ainda sua experiência na busca de informações junto aos canais oficiais do programa, afirmando não ter recebido retorno às solicitações encaminhadas. Em resposta, conselheiros presentes esclareceram que, até o ano de 2025, diversas farmácias do município participavam do Programa Farmácia Popular, porém, ao longo do tempo, houve redução significativa no número de estabelecimentos credenciados. Foi relatado que alguns estabelecimentos deixaram de participar do programa em razão das exigências administrativas e financeiras relacionadas ao credenciamento e à manutenção das atividades vinculadas ao programa federal. A discussão evoluiu para questões relacionadas ao atendimento prestado na farmácia credenciada atualmente existente no município. Foram mencionadas dificuldades enfrentadas por usuários, incluindo indisponibilidade temporária dos sistemas informatizados, demora no atendimento e situações que acabam comprometendo o acesso regular aos medicamentos necessários para continuidade dos tratamentos. Na sequência, Sra. Débora relatou as dificuldades financeiras enfrentadas por sua família em decorrência do afastamento previdenciário de seu esposo, destacando o impacto dos custos com medicamentos de uso contínuo não contemplados pelos programas de assistência farmacêutica. Ressaltou que sua busca por informações e soluções visa assegurar o acesso adequado aos tratamentos necessários e minimizar os impactos financeiros decorrentes da situação de saúde enfrentada pela família. Posteriormente, Sr^a Terezinha convidou a munícipe a participar das reuniões do Conselho, ressaltando a importância da participação social na construção de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência. Na oportunidade, foram discutidas dificuldades enfrentadas pelos usuários para obtenção de documentos e acesso a serviços específicos, bem como a necessidade de atualização dos dados estatísticos referentes à população com deficiência no município, visando subsidiar o planejamento de ações e políticas públicas mais adequadas às necessidades da população. Ainda durante os debates, foram apresentados relatos sobre dificuldades encontradas por usuários nos serviços do DETRAN, especialmente em relação ao agendamento de atendimentos e obtenção de documentos, tema que já havia sido objeto de



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema
Conselho Municipal de Saúde de Saquarema



manifestações encaminhadas pelos conselhos municipais competentes aos órgãos responsáveis. Também foram relatadas demandas recebidas por instituições da sociedade civil e por conselheiros referentes à dificuldade de acesso a consultas médicas em algumas unidades de Estratégia Saúde da Família. Foi citado o caso de usuários que, ao procurarem atendimento nas unidades de Vilatur, Rio da Areia e Barreira, receberam informações de que as consultas médicas disponíveis estariam sendo agendadas apenas para os meses seguintes, gerando preocupação quanto ao acompanhamento adequado das condições de saúde e à efetividade das ações de prevenção e assistência prestadas à população. O tema foi registrado para análise e acompanhamento pelo Conselho Municipal de Saúde, considerando a necessidade de melhor compreensão dos fatores que têm contribuído para o aumento do tempo de espera para consultas e demais atendimentos na atenção básica. Prosseguindo os debates, foram apresentadas considerações acerca das dificuldades enfrentadas pelos usuários no acesso aos serviços de saúde, especialmente no que se refere ao agendamento de consultas médicas na Atenção Básica. Foram relatados casos de usuários que receberam orientações para retornar apenas meses depois para realização de consulta, mesmo apresentando sintomas que demandavam avaliação médica em prazo mais curto. Os participantes destacaram a preocupação com o impacto desses atrasos no acompanhamento e na prevenção de agravos à saúde. Durante a discussão, também foram abordadas questões relacionadas ao crescimento populacional do município e aos desafios enfrentados pelos serviços públicos para atender à demanda crescente da população. Foi ressaltada a necessidade de ampliação da estrutura dos serviços e do planejamento adequado das políticas públicas, de modo a garantir atendimento compatível com o aumento do número de moradores. Os conselheiros destacaram a importância de reconhecer o trabalho técnico desenvolvido por diversos profissionais da saúde municipal, mencionando que muitos servidores atuam de forma comprometida para assegurar a continuidade dos serviços, mesmo diante das limitações estruturais e administrativas existentes. Foi ressaltado que a qualidade do atendimento prestado à população muitas vezes depende da dedicação e da experiência desses profissionais, que buscam soluções para as demandas apresentadas pelos usuários. Na sequência, os participantes enfatizaram a importância de que as decisões administrativas observem rigorosamente a legislação vigente e garantam tratamento igualitário aos cidadãos, sem distinções indevidas. A munícipe Débora reforçou que sua intenção ao apresentar suas demandas não era direcionar críticas a servidores específicos, mas contribuir para o aprimoramento dos serviços públicos e assegurar que os direitos dos cidadãos sejam respeitados. Ressaltou ainda a importância dos conselhos de políticas públicas como espaços legítimos de participação social e de diálogo entre a população e o poder público. Foram igualmente discutidas questões relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência e dos idosos, especialmente no que se refere ao acesso prioritário aos serviços públicos e ao cumprimento da



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema
Conselho Municipal de Saúde de Saquarema



legislação federal vigente. Os participantes ressaltaram a importância de garantir atendimento adequado, acessível e respeitoso à população, bem como a observância dos direitos assegurados pela legislação, destacando a importância da atuação dos Conselhos Municipais na mediação de demandas da população e no acompanhamento das políticas públicas, exercendo papel fundamental no controle social, na fiscalização e no encaminhamento das demandas aos órgãos competentes. Nada mais havendo a tratar sobre o tema, foram registradas as manifestações apresentadas para acompanhamento e encaminhamento das providências cabíveis pelos órgãos competentes e pelas comissões responsáveis do Conselho Municipal de Saúde. Dessa forma, foi finalizada a Reunião Ordinária deste Conselho, e eu, Juliana Raqui, lavrei esta ata.

Dr^a Amanda Doo Bittencourt
Presidente do CMS